



CARTA CONVITE

Criação do Grupo de Trabalho Para Defesa das Áreas Naturais Protegidas Existentes na Faixa de Fronteira Brasil/Peru no Vale do Juruá.

A fronteira do Brasil com o Peru apresenta uma série de conflitos. No caso específico da região do Vale do Juruá, no Acre, com o Departamento de Ucayali, os conflitos repercutem em agressões à soberania do território brasileiro, através da invasão de peruanos na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor para extração de madeira, causando sérios danos ambientais às duas áreas protegidas e problemas para os índios isolados que vivem entre a faixa de fronteira.

A razão desses conflitos e problemas está relacionada à atuação, em território peruano, de grupos de narcotraficantes e de grupos madeireiros em toda a faixa fronteiriça peruana, e à pouca presença do Governo Peruano no controle dessas atividades.

No Brasil, além da grande mobilização realizada pelo povo Asheninka do Rio Amônia, pelos movimentos sociais e parlamentares, denunciando as inúmeras invasões, o Governo Federal tomou iniciativas através do IBAMA, do Exército e da Polícia Federal para controlar e combater tais ameaças. Paralelamente, o Governo Federal, o Governo do Estado do Acre e os prefeitos dos 5 municípios do Vale do Juruá, enquanto constroem e desenvolvem uma agenda de integração comercial, buscam também, pela via diplomática, com o governo peruano e o governo do departamento de Ucayali, estabelecer compromissos para superar os conflitos que vêm ocorrendo.

De maneira geral 02 (duas) agendas já foram identificadas nestas relações:

1^a) Do governo brasileiro, através do IBAMA, com o governo peruano através do INRENA que buscam construir uma forma de conter e parar as invasões dos madeireiros peruanos no Parque Nacional da Serra do Divisor e na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, do povo Asheninka, através da criação pelo Peru de uma área protegida ao longo de toda a fronteira do Parque Nacional da Serra do Divisor, das Terras Indígenas Kaxinawá/Asheninka do Rio Breu e

Kampa do Rio Amônia, e da Reserva Extrativista do Alto Juruá, com uma faixa contínua de no mínimo 10 km de largura.

2ª.) Do Governo do Estado do Acre, com o Governo do Departamento de Ucayali, que assinaram compromisso técnico visando o incremento do comércio entre os dois estados, através da construção e asfaltamento da estrada Pucallpa – Cruzeiro do Sul, considerando obrigatório a criação de uma área protegida no lado peruano para conter tais conflitos. Neste sentido o governo de Ucayali já anunciou uma proposta de criação de duas áreas protegidas (mapa anexo): a Área de Conservación Regional Isconahua, para índios isolados, que faz fronteira com a parte norte do Parque Nacional; e a Área de Conservación Regional Murunahua-Tamaya, que faz fronteira com a região sul do Parque Nacional, com a Reserva Extrativista do Alto Juruá e com as Terras Indígenas Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá/Asheninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Jordão e Xinane, se encontrando com o recém criado Parque do Alto Rio Purus, no Peru.

Em meio às várias iniciativas governamentais, um grupo de organizações da sociedade civil no Brasil e no Peru, solidárias aos direitos dos povos indígenas, à proteção das florestas e da biodiversidade que existe nessa região, passaram a trabalhar juntas para monitorar as ameaças e para construir mecanismos que ajudem o poder público dos dois países a trabalharem mais em ações que promovam o bem estar das populações residentes nos dois lados da fronteira e conservem e preservem o ambiente natural ali existente, concentrados especialmente nas diferentes áreas naturais protegidas instaladas nas regiões da Serra do Divisor e do Alto Juruá.

Uma das formas de realizar este apoio é incentivar as entidades locais e as várias lideranças das duas regiões a participarem de um Grupo de Trabalho Binacional para construção de um plano de proteção dos povos indígenas e das áreas naturais protegidas existentes na fronteira Brasil/Peru, considerando os interesses das comunidades e governos locais combinados à necessidade de proteção e preservação do patrimônio cultural e do patrimônio natural existentes na região.

Este documento, além de ser um relato resumido de fatos e o anúncio dos compromissos das entidades que o assinam, é também um convite para que Vossa Senhoria participe de uma reunião a ser realizada nos **dias 11 e 12 de abril, na cidade de Cruzeiro do Sul, na Galeria dos Padres, sala 214, das 9:00 às 17:00 hs**, com as seguintes finalidades:

- Listar os diversos problemas existentes na fronteira do Brasil com o Peru, na região do Vale do Juruá.
- Conhecer a política que o governo federal e o governo do estado do Acre possuem para os índios isolados que vivem na faixa de fronteira, e o que estão realizando;

- Conhecer a política que o governo federal e o governo do estado do Acre estão adotando para as áreas de proteção ambiental (unidades de conservação e terras indígenas) existentes no vale do Juruá e instaladas na fronteira com o Peru, para implementar o pleno funcionamento das mesmas e combater a entrada de narcotraficantes e madeireiros peruanos.
- Conhecer a proposta de agenda comercial que está sendo construída pelo Governo do estado do Acre e os governos municipais com o departamento de Ucayali, incluindo a construção da estrada;
- Conhecer o trabalho que a SOS Amazônia e a Comissão Pró Índio do Acre (CPI/Ac) estão realizando na região do Juruá para proteção e desenvolvimento das áreas protegidas existentes;
- Organizar a composição dos membros brasileiros no Grupo de Trabalho Binacional Brasil/Peru que se pretende formar. Do lado peruano, os parceiros deste país estarão realizando o mesmo procedimento em reunião separada, de tal forma que a terceira reunião conte já com a participação do GT Binacional formado, reunindo os atores brasileiros e peruanos para iniciar a discussão interfronteiriça.
- Listar caminhos e propostas de trabalho que podem ser defendidas junto com o movimento social peruano para o estabelecimento de um plano binacional visando a proteção das áreas naturais protegidas do Brasil e do Peru existentes na faixa de fronteira, levando em consideração a defesa dos povos indígenas e das populações tradicionais, o desenvolvimento florestal sustentável que favoreça a integração regional e a preservação da biodiversidade da região.

Rio Branco/Acre, 28 de março de 2005.

SOS AMAZÔNIA e Comissão Pró-Índio do Acre